

Processo: RO - 00117.2006.031.23.00-0

Órgão julgador: **2ª Turma** Julgado em: 22/11/06 Publicado em: **24/11/2006**

AÇÃO INDENIZATÓRIA POR DANOS MORAIS COLETIVOS E DIFUSOS. MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. LEGITIMIDADE. O Ministério Público do Trabalho age, juntamente com os sindicatos de classe, como um dos principais veículos de solução de lides onde se discute o desrespeito aos direitos dos trabalhadores, não podendo sua nobre tarefa ser tolhida por entraves jurídicos insubsistente, máxime em razão da nova ordem normativa implementada pela CR/88. Não sobeja lembrar que mesmo antes da Constituição atual a Lei 7.347/85 (Ação Civil Pública) e posteriormente com a Lei 8.078 (CDC), Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90) e da Lei Orgânica do Ministério Público (LC 75/93), a legitimação ativa do Ministério Público foi solidificada na solicitação de direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos. **TUTELA JURISDICIONAL PREVENTIVA. CUNHO INIBITÓRIO.** Tem a ação civil pública caráter também inibitório à prática de possíveis transgressões a direitos individuais homogêneos, difusos e coletivos, consistentes em obrigações de fazer e não fazer, após a introdução do novo artigo 461 no Código de Processo Civil. Colhe-se da lição de Carlos Eduardo de Castro Palermo: '(...) A tutela inibitória é requerida através de ação inibitória a qual constitui ação de cognição exauriente. No entanto, nada impede que a tutela inibitória seja concedida, de forma antecipada, no curso da ação inibitória, como tutela antecipatória. Isso porque, dada à sua própria característica, na maior parte das situações, somente a inibitória antecipada proporcionará os anseios de uma tutela preventiva. É relevante mencionar que, como a ação inibitória dirige-se ao futuro, no sentido de que visa evento que vai acontecer, ou repetir, ou mesmo a continuação de ato contrário ao direito, há a necessidade de a tutela inibitória (final ou antecipada) dever ser atendida antes da prática do ato ilícito temido. Assim, na modalidade da inibitória final, voltada a impedir a repetição ou a continuação do ilícito, basta ao juiz a convicção de que o requerido já praticou ou iniciou um ato ilícito, ou seja, convicção de verdade em relação ao fato passado (indiciário) e à ilicitude.' (AGILIZAÇÃO E EFETIVIDADE DO PROCESSO - LINHAS GERAIS DA TUTELA ANTECIPADA E DA TUTELA INIBITÓRIA - publicada no Juris Síntese nº 57 - jan/fev de 2006) **FIXAÇÃO DO VALOR DA INDENIZAÇÃO.** Induvidoso nos autos a existência do dano, a atitude irregular da reclamada em ajuizar reclamationárias simuladas para obter vantagem ilícita impondo-se a condenação na obrigação de indenizar o prejuízo coletivo e difuso verificados. Nessa ótica, para fixar o quantum devido a título de indenização pelos danos, deve o julgador se ater à gravidade da situação fática retratada nos autos, bem assim ao posicionamento financeiro da parte causadora do prejuízo.

RO 01088.2009.008.23.00-9 – DEJT/TST nº 654/2011 de 24/01/2011 +++++++

A url é: <http://www.trt23.jus.br/acordao/2011/DJ1113/290091220.pdf>

AÇÃO CIVIL PÚBLICA. TUTELA INIBITÓRIA. NORMAS DE PROTEÇÃO À SAÚDE E À SEGURANÇA NO TRABALHO. O meio ambiente do trabalho adequado e seguro é um dos mais importantes direitos humanos e fundamentais dos trabalhadores, que, juntamente com os demais direitos dessa mesma natureza, tais quais os direitos à vida e à saúde, integra o conceito mais amplo de dignidade da pessoa humana, um dos fundamentos da República Federativa do Brasil (art. 1º, III, da CF/88) e valor igualmente velado no âmbito internacional. Daí porque se mostra necessário propiciá-los o acesso à justiça preventiva (art. 5º, XXXV, da CF/88), isto é, àquela tutela efetivamente capaz de impedir a violação às normas de proteção à saúde e à segurança no trabalho, em atenção aos princípios ambientais da precaução e da prevenção, também aplicáveis na seara laboral. Com esse propósito **mostra-se impositiva a concessão pelo Poder Judiciário de tutela inibitória, de natureza preventiva, destinada a impedir a prática, a repetição ou a continuação do ilícito, para cuja utilização basta a mera probabilidade de que venha a ser praticado algum ato contrário ao direito no futuro, sendo irrelevante a existência atual de qualquer dano.**